



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**TERMO DE INSPEÇÃO REALIZADA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARIÚS, EM CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES CONSTANTES DA PORTARIA Nº 74/2014, DATADA DE 14 DE JULHO DO ANO EM CURSO, PUBLICADA NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO DIA 17 DE JULHO DE 2014, DA LAVRA DO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR FRANCISCO SALES NETO, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.**

No dia 7 (sete) do mês de agosto do ano de 2014, às 8:30 horas, na Vara Única da Comarca de Cariús, onde presentes se achavam o Desembargador Francisco Sales Neto, Corregedor-Geral da Justiça, o Juiz Corregedor Auxiliar Dr. Neuter Marques Dantas Neto; a Juíza titular da Vara Única da Comarca de Cariús, Dra. Larissa Braga Costa de Oliveira, a Diretora de Secretaria Gláucia Helena da Silva Oliveira Lucas e Servidores lotados na unidade, teve início a inspeção correcional ordinária, nos termos do ato administrativo acima epigrafado.

Ao iniciar as atividades, o Desembargador Francisco Sales Neto informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a fiscalização, fazendo referência aos dados do Formulário de Inspeção, Correição e Visita (FICOVI), previamente preenchido sob responsabilidade da Vara e encaminhado à Corregedoria. Após a conferência dos dados constantes do mencionado formulário, iniciou-se o exame das ações em curso no Juízo, priorizando-se a análise em relação às ações referentes aos presos provisórios e sentenciados, além das cartas precatórias. Por amostragem, foram analisados os processos envolvendo réus presos, menores, ações civis públicas, mandados de segurança, processos conclusos com prazos excedidos e aqueles que, por expressa previsão legal, exigem tramitação prioritária.

Foram analisados e despachados 180 (cento e oitenta) feitos, sendo planilhados 105 (cento e cinco). Segundo dados estatísticos, existem em tramitação 813 (oitocentos e treze) ações, tomando-se por base as informações constantes do SGECE, no mês de junho de 2014.

Por ocasião dos trabalhos, constatou-se que os feitos na sua grande maioria possuem andamento célere, sendo digno de elogio o trabalho realizado pela Magistrada Larissa Braga Costa de Oliveira.

**METAS CNJ:** Foram constatados pequeníssimos atrasos na prestação jurisdicional em relação aos feitos submetidos às Metas 2 de 2009 e 2 de 2010, existindo 1 (um) relativo à primeira Meta e 1 (um), relativo à segunda.

**Quanto às cartas precatórias:** verificou-se pequena quantidade de cartas precatórias, 11 (onze) no total, sendo que todas estão com andamento regular e/ou aguardando realização de audiência. Registre-se que o prazo máximo para designação das audiências é de um mês.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéa – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**ESTATUTO DO IDOSO:** as causas relacionadas ao Estatuto do Idoso tramitam de forma prioritária, atendendo assim expressa disposição legal. Registre-se que todos os feitos contam com etiqueta identificadora.

**Ações penais em curso no módulo:** analisadas as ações de réus presos, num total de 2 (dois) encarcerados, não se detectou irregularidades.

**TRIBUNAL DO JÚRI:** a Vara é competente para feitos do Tribunal do Júri, não existindo processo aguardando realização de sessão. Há 2 (dois) processos em grau de recurso em sentido estrito no TJCE.

Verificou-se que os **mandados de prisão** expedidos pela unidade indicam o prazo de validade com base na causa extintiva da punibilidade, atendendo assim expressa recomendação do CNJ.

**Ações afetas ao Juizado da Infância e da Juventude:** a Vara possui competência para questões envolvendo crianças e adolescentes, não havendo nenhum processo em que esteja sendo aplicada medida de internação provisória de 45 dias.

**Bens, armas, munições e substâncias entorpecentes apreendidas:** armas de fogo apreendidas, logo que chegam na Secretaria, são enviadas à Assistência Militar do TJCE, para serem destruídas. Quanto aos entorpecentes, a Secretaria armazena em arquivo próprio e em seguida providencia sua incineração.

**AÇÕES CÍVEIS:** a unidade, em razão de sua competência, possui 565 (quinhentos e sessenta e cinco) feitos cíveis. No que concerne aos processos sem movimentação há mais de 100 cem dias, não se registrou nenhum feito, cível ou criminal, nessa situação.

**PROJETO PAI PRESENTE:** orientações foram repassadas com relação ao assunto, procurando reforçar a atuação para a correta implementação do Projeto. Com relação ao tema, verificou-se, que foram mantidos contatos com as Escolas da região, no sentido de reunirem-se com as mães para que as mesmas fossem notificadas, acerca do Projeto, com exceção daquelas que não foram localizadas, visando o cumprimento do Provimento nº 26/2012, do CNJ. Em alguns casos, constatou-se que os pais compareceram e reconheceram espontaneamente a paternidade.

**DEMAIS MATÉRIAS:** o quadro de Agentes de Proteção da Infância e Juventude não foi instalado, havendo o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. Não há Defensor Público em atuação no módulo judiciário, porém, existem 3 (três) advogados contratados pelo Município para atenderem a população carente. A Vara tem como representante do





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

Ministério Público o Dr. Naelson Barros Marques Júnior, em respondência. Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte: a) a unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009); b) a juíza titular está cadastrada nos sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud (META 8 de 2009); c) a Juíza concluiu a capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010); d) Encontra-se implantado na unidade o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011); d) o atendimento ao público ocorre no período das 8 às 18 horas; e) a unidade utiliza o MALOTE DIGITAL; f) considerando os primeiros meses de 2014, de acordo com dados extraídos do SGEN, constata-se que a Meta 1 de 2013 está sendo atingida, uma vez que os feitos sentenciados superam os processos distribuídos; g) Banco Nacional de Mandados de Prisão – Resolução 137/11-CNJ: os mandados encontram-se cadastrados.

**BOAS PRÁTICAS:** 1) Utilização de etiqueta indicando que o processo é de réu preso, a fim de haver maior celeridade; 2) Utilização de etiqueta indicando processos da Infância e Juventude, Idoso, Lei Maria da Penha e Metas do CNJ; 3) as decisões, os despachos e sentenças são encaminhados em arquivo digital na íntegra para fins de atualização no Sistema Processual – SPROC, de forma mais rápida e segura pela Secretaria da Vara; 4) elaboração de relatório mensal acerca da situação dos réus presos.

**LIVROS:** foram analisados os livros da Vara que encontram-se pormenorizadamente descritos em ficha própria.

**INSTALAÇÕES FÍSICAS DO FÓRUM:** com relação às instalações físicas da Vara Única, verificou-se que se encontra em boas condições. Não há instalação adequada para o acesso de pessoas com necessidades especiais nem banheiro especialmente projetado para esses usuários. Constatou-se, também, que os equipamentos (computadores e impressoras) existentes na Secretaria são suficientes para o regular andamento dos feitos judiciais em tramitação (5 PC's e 3 impressoras). Falta equipamento, apenas, para o Tribunal do Júri. Não há segurança no Fórum efetuada por parte da Polícia Militar. Durante a noite, a segurança é feita por vigilantes do Município de Cariús. O prédio não conta com câmeras de circuito interno, mas foi instalado recentemente detectores de metal.

**SERVIDOR:** a unidade conta com 4 (quatro) servidores do quadro do TJCE e 7 (sete) funcionários da Prefeitura Municipal.

**CENTRAL DE CONCILIAÇÃO:** foi instalado o Núcleo Permanente de Conciliação na Comarca, conforme Portaria nº 02/2014.

**CONSELHO DA COMUNIDADE:** foi instalado, mas não está em pleno funcionamento em face da interdição da cadeia pública local.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**RESIDÊNCIA OFICIAL:** existe 1 (uma) casa oficial que está localizada na Praça da República, s/n, Centro, Cariús/CE, estando em péssima situação (atualmente interditada), necessitando de ampla reforma.

**AUDIÊNCIAS:** a magistrada titular realiza audiências às quartas-feiras, tendo em vista que o Promotor em respondência comparece à Comarca apenas nesse dia. Eventualmente, dependendo da necessidade, a Juíza realiza audiência também às segundas-feiras. Nos demais dias da semana são realizadas audiências conciliatórias do JECC e pelo Núcleo Permanente de Conciliação.

**RECLAMAÇÕES:** não foram registradas reclamações específicas quanto ao desempenho do Juízo.

**CADEIA PÚBLICA:** constatou-se que a Cadeia Pública foi interditada desde setembro de 2011, existindo, inclusive, uma ação civil pública determinando sua reforma, porém, a liminar foi suspensa. Verificou-se, ainda, que foram oficiados à Corregedoria-Geral da Justiça, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, requerendo providências.

**RECOMENDAÇÕES:** sem prejuízo de outras recomendações que venham a ser lançadas ao relatório final, foram formuladas as seguintes, já por ocasião do encerramento da inspeção: 1) impulsionar o Projeto Pai Presente; 2) Requisitar junto ao comando da PM/CE a designação de um policial militar para fazer a segurança do Fórum.

Por fim, o Desembargador Francisco Sales Neto, Corregedor-Geral da Justiça deu por ultimada a Inspeção às 17:30 horas, do dia 7 de agosto de 2014, cujo resultado será formalmente apresentado ao Conselho Superior da Magistratura, através de circunstanciado relatório, o qual será instruído com as planilhas e papéis, onde constarão os registros pertinentes, com o resumo de todo trabalho desenvolvido, os resultados obtidos e demais providências a serem adotadas.

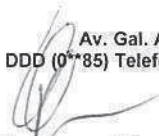
E, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça, Juiz Corregedor Auxiliar, Juíza titular da Vara Única de Cariús e pela Diretora de Secretaria.

**Desembargador Francisco Sales Neto**  
**Corregedor-Geral da Justiça**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéa – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

  
**Neuter Marques Dantas Neto**  
**Juiz Corregedor Auxiliar**

  
**Larissa Braga Costa de Oliveira**  
**Juíza Substituta Titular de Cariús**

  
**Maria Helionilda Lucas Bezerra**  
**Diretora de Secretaria**